



Publicado no Diário Oficial
dos Municípios Annonal
em, 21/01/2011

Lei Municipal nº. 847/2010

Câmara Mun. de Eldorado
Protocolo Nº 285/2011

03 AGO. 2011

Recebido () Expedido ()

“AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER INCENTIVOS À EMPRESA QUE ESPECÍFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

MARTA MARIA DE ARAÚJO, Prefeita Municipal de Eldorado, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado, a conceder incentivo à empresa SILVA & SILVA LTDA-ME, pessoa jurídica de direito privado, estabelecida na Rua Santa Terezinha nº 597 na cidade de Eldorado/MS, inscrita no CNPJ (MF), 08.298.989/0001-73, Inscrição Estadual nº. 28.340.088-9, Inscrição Municipal nº. 1482-00, com exploração de atividade COMERCIO VAREJISTA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EM GERAL, neste ato representada por seu Sócio Administrador ANTONIO MARCOS DA SILVA, brasileiro, maior, casado, comerciante, residente e domiciliado na Rua Ponta Porá, 540, nesta cidade, com a finalidade de ampliação das instalações para que a mesma amplie suas instalações e gere novos postos de trabalho neste município, o incentivo adiante discriminado:

I – até R\$ R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), para infra-estrutura e melhoramentos físicos necessários à instalação da empresa, aí incluídas, entre outras, adequação do sistema elétrico.

Art. 2º- O pagamento do valor especificado no inciso I do artigo 1º, desta Lei será efetuado na seguinte forma:

I- primeira parcela – vencimento em 19/01/2011 no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda;

II- segunda parcela - vencimento em 19/02/2011 no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda;

III- terceira parcela - vencimento em 19/03/2011 no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda;

IV- quarta parcela - vencimento em 19/04/2011 no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda;



V- quinta parcela - vencimento em 19/05/2011 no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda;

VI- sexta parcela - vencimento em 19/06/2011 no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda;

VII- sétima parcela - vencimento em 19/07/2011 no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda;

VIII- oitava parcela - vencimento em 19/08/2011 no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais), deduzidos de Imposto de Renda.

Art. 3.º - Para concessão dos incentivos financeiros descritos no artigo 1.º, as partes deverão celebrar Contrato, especificando prazos, obrigações e responsabilidades, respeitadas as normas previstas nesta Lei Municipal.

Art. 4.º - As benfeitorias realizadas em decorrência do incentivo ora concedidos, não poderão ser transferidas a terceiros, no todo ou em parte, a qualquer título, pelo prazo de dez (10) anos, contados do início das obras da empresa beneficiada.

Art.5.º - Ocorrendo concordata, falência ou extinção da pessoa jurídica beneficiada através da presente Lei, no prazo estabelecido no artigo anterior, as benfeitorias e bem assim os bens decorrentes do presente incentivo financeiro, reverterão ao Município.

Art. 6.º - A empresa incentivada deverá afixar no local, em lugar visível ao público, pelo prazo mínimo de dez (10) anos, placa informativa sobre os incentivos concedidos, conforme modelo a ser fornecido pela Prefeitura Municipal, ficando às suas expensas a confecção da mesma.

Art. 7.º - Não cumpridas as regras estabelecidas nos artigos anteriores, deverá a empresa beneficiada devolver todos os valores recebidos a título de incentivo financeiro, atualizados monetariamente pelo IPCA do IBGE, e com juros de 1% (um por cento) ao mês, desde a data do repasse dos valores à empresa até aquela da respectiva restituição aos cofres municipais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.





Art. 8º. - Para habilitar-se à percepção dos incentivos de que trata esta Lei, a empresa beneficiária deverá comprometer-se ao seguinte:

- I - geração de, no mínimo, 10 (dez) empregos diretos no primeiro ano de seu funcionamento 12 (doze) empregos indiretos.
- II - Promover o investimento total de R\$250.000,00, no empreendimento, conforme o requerimento.

§ 1º - O descumprimento, pela empresa beneficiada, de qualquer uma das obrigações previstas neste artigo, autoriza o Município de Eldorado a exigir a imediata restituição dos bens, bem como ao ressarcimento integral das demais despesas decorrentes da aplicação desta Lei, atualizados monetariamente pelo IPCA do IBGE, e com juros de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da assinatura do contrato de que trata o Art. 2º desta Lei, até aquela da respectiva restituição aos cofres municipais, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

§ 2º - Será responsabilidade da Empresa e das pessoas físicas que a compõem, independentemente das quantidades de quotas que possuam, por eventuais discussões e pagamentos de direitos trabalhistas, previdenciários e fiscais, que possam surgir das relações de trabalho.

Art. 9º - Os recursos necessários à execução do disposto nesta Lei correrão a conta da seguinte dotação orçamentária 33903900000.

Art. 10º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Eldorado - MS, 22 de dezembro de 2010.

MARTA MARIA DE ARAUJO
PREFEITA MUNICIPAL